

## DO «TRABALHADOR-CONVIDADO» AO SUBEMPREGADO: A INSERÇÃO DOS (I)MIGRANTES CABO-VERDIANOS NUM MERCADO LOCAL DE TRABALHO: A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Pedro Góis<sup>1</sup>

No decurso das últimas décadas, Portugal, a exemplo de outros países da Europa do sul, como a Espanha, a Itália ou a Grécia, passou de tradicional «país de emigração» a novo «país de imigração» (Esteves, 1991; Baganha, 1996). Embora esta transição ainda decorra<sup>2</sup> é aceite de forma consensual que Portugal se encontra num momento de transformação. Neste sentido, Portugal tem sido encarado e/ou conceptualizado de diversas formas: como espaço de transição, espaço de circulação ou plataforma de redistribuição de diferentes fluxos migratórios, numa rota de passagem entre origem e destinos diversos. Complementarmente, vários autores vêm analisando Portugal como destino final de diversos fluxos migratórios, alguns já tradicionais (como os imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa, palop), outros emergentes como os imigrantes magrebinos, paquistaneses ou do leste da Europa (ex. Rússia, Moldávia ou Ucrânia).

A transição, de «país de emigração» para «país de imigração» foi, no caso português, o resultado de um conjunto de circunstâncias históricas e de uma conjuntura sócio-económica específica de que se destacam: o início e fim de um ciclo emigratório intra-europeu (a partir dos anos 60); o fim do império colonial português (anos 70) e a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (anos 80). No período que medeia entre os anos 60 e a actualidade Portugal assistiu: a diferentes ciclos de emigração e retorno; ao repatriamento dos portugueses residentes nas ex-colónias; a uma migração de refugiados da guerra colonial; a diferentes ciclos e tipos de imigração laboral (de trabalhadores qualificados e de trabalhadores indiferenciados); e a uma imigração de indivíduos inactivos (estudantes ou reformados). Ao longo deste processo os imigrantes cabo-verdianos estiveram sempre presentes e desempenharam (e desempenham) um papel de destaque entre as diversas comunidades imigrantes.

Os stocks da população estrangeira residente em Portugal vêm mostrando uma tendência de crescimento há já 3 ou 4 décadas (Pires, 1999: 197) mas, apenas nos últimos 20 anos, atingiu um score que permite reformular o papel de Portugal no contexto das migrações globais. Neste contexto são diferentes as lógicas de abordagem. Pierre Guibentif, por exemplo, numa lúcida análise do papel de Portugal no contexto das migrações globais, chama-lhe *carrefour migratoire* e caracteriza o país como sendo tradicionalmente de emigração que, pouco a pouco, ao ritmo da chegada de diferentes tipos de fluxos migratórios, se vai tornando um país com imigrantes mas ainda não um país de imigração. O mesmo autor aponta para a existência de três realidades diferentes quando definimos imigração em sentido abrangente – população que se desloca para um país para aí se instalar – três realidades distintas que é necessário separar: a imigração estrangeira; o regresso ao país de emigrantes portugueses; e, por último, um fenómeno que Guibentif caracteriza como “conjuntural mas com impacto considerável”, o retorno das antigas colónias quando estas acederam à independência (Guibentif, 1995: 95). A lógica de abordagem deste autor mostra como, só compreendendo esta dupla realidade – emigração e imigração – e esta tripla componente de imigração – emigrantes regressados, portugueses repatriados e imigrantes - é possível compreender e situar a comunidade cabo-

<sup>1</sup> Universidade do Porto

<sup>2</sup> Basta referir o facto do número de emigrantes portugueses continuar a superar largamente o número de imigrantes em Portugal (cf. Baganha e Peixoto, 1996).

verdiana em Portugal e os diferentes tipos de (i)migrantes que a compõem. É a este exercício de caracterização que procederemos em seguida.

Nos anos 60 Portugal não era ainda um «país de imigração» mas era já um país com imigrantes. De facto, se observarmos o quadro 1 verificamos que o recenseamento geral da população de 1961 registava a existência de 29.428 estrangeiros residentes. Neste censo as maiores comunidades imigrantes eram a espanhola (40%) e a brasileira (22%) e os indivíduos naturais das colónias portuguesas não eram (ainda) contabilizados como imigrantes (Esteves *et al.*, 1991)<sup>3</sup>. Em 1975, residiam em Portugal, de acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), 31.983 estrangeiros legais. Desde então o perfil de Portugal como país de migrantes foi sendo alterado e, em sucessivos fluxos de saída ou de entrada, foi assumindo uma nova posição no contexto global das migrações.

As estatísticas do INE têm dificuldade em detectar a origem das comunidades imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa (palop) antes da redefinição conceptual provocada pela independência destes países<sup>4</sup> e apenas parcialmente assumida pelos recenseamentos gerais da população de 1981 e de 1991 (Baganha, 1996; Baganha e Góis, 1999; Pires, 1999). Ainda assim, é geralmente aceite que as origens da comunidade cabo-verdiana em Portugal podem ser encontradas nos anos 60, altura em que migram para a (então) metrópole um número significativo de trabalhadores cabo-verdianos para laborarem na construção civil e obras públicas (ex. auto-estradas, ponte 25 de Abril, etc.)<sup>5</sup>. Estes cabo-verdianos chegaram a Portugal contratados como mão-de-obra de substituição, suprimindo a mão-de-obra local que, por sua vez, emigrara para outros países europeus (ex. França ou Alemanha) ou fora enviada «travestida» de soldados para a guerra colonial. Ao seu modo, funcionaram como trabalhadores convidados e vieram substituir os emigrantes portugueses que se transformaram em *guest-workers* nos países da Europa Central ou do Norte (Ribeiro, 1986). Estes migrantes originários de Cabo Verde inseriram-se nos sectores da economia que, à época, mais carentes estavam de mão de obra designadamente, no sector da construção civil e obras públicas e, de forma maioritária concentraram-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e, em menor número, no Algarve (Saint-Maurice, 1997: 49).

<sup>3</sup> Durante o período colonial os movimentos populacionais entre a então metrópole e os actuais palop eram considerados migrações inter-regionais, não sendo portanto incluídos nas estatísticas sobre estrangeiros (Pires, 1999: 198).

<sup>4</sup> De facto não foi a independência destes países o factor responsável por esta lacuna nas estatísticas mas as mudanças nas leis de nacionalidade em Portugal e nos Palop (cf. Baganha e Góis, 1999: 259). Para uma análise da evolução das leis de nacionalidade portuguesas no pós 25 de Abril de 1974 cf. Ramos, 1976, 1982, 1996.

<sup>5</sup> A emigração de cabo-verdianos para Portugal insere-se num contexto mais vasto da emigração cabo-verdiana. De facto, Portugal a exemplo de outros países europeus, só após a segunda guerra mundial se tornou um destino migratório para os cabo-verdianos. De facto, na época contemporânea podemos dividir a emigração cabo-verdiana contemporânea em três ciclos migratórios distintos: um primeiro ciclo que decorre desde o final do século XIX até às primeiras décadas do século XX e que é marcado por uma corrente emigratória para a América, sobretudo EUA e, simultaneamente, por uma «emigração forçada» para S. Tomé e Príncipe e, em alguns casos, para outras províncias do então Império Colonial Português, designadamente Angola e Guiné-Bissau; um segundo ciclo que vai do final dos anos 20 ao fim da Segunda Guerra Mundial e mostra duas grandes tendências: uma grande diminuição do número de saídas e um nítido desvio da corrente emigratória para o Brasil, Argentina ou Senegal; um terceiro e último ciclo que arrancou com o final da II Grande Guerra e prossegue até à actualidade. Neste ciclo os principais destinos de emigração são países europeus: Holanda, Portugal, França, Luxemburgo, Itália, Suíça, Espanha, Alemanha, etc..

**Quadro 1**

População estrangeira residente em Portugal por regiões e/ou principais países de origem, 1960, 1981, 1991

	1960		1981		1991	
	Total	%	Total	%	Total	%
<b>1. EUROPA</b>	19794	67,3	35429	32,6	37464	35,1
Alemanha	1514	5,1	3628	3,3	5398	5,1
Espanha	11713	39,8	8081	7,4	6272	5,9
França	1666	5,7	12079	11,1	13740	12,9
Grã-Bretanha	2122	7,2	3105	2,9	5977	5,6
Outros países	2779	9,4	8536	7,9	6077	5,7
<b>2. ÁFRICA</b>	445	1,5	47836	44,1	36598	34,3
Angola	-	-	19567	18	9365	8,8
Cabo Verde	-	-	18557	17,1	15702	14,7
Guiné-Bissau	-	-	1126	1	3161	3
Moçambique	-	-	4425	4,1	3172	3
S. Tomé e Príncipe	-	-	1547	1,4	2007	1,9
Outros países	445	1,5	2614	2,4	3191	3
<b>3. AMÉRICA</b>	8962	30,5	23098	21,3	30286	28,4
Brasil	6357	21,6	9962	9,2	13499	12,7
Venezuela	-	-	5845	5,4	8455	7,9
Estados Unidos	1400	4,8	3643	3,4	4672	4,4
Canadá	-	-	2586	2,4	2728	2,6
Outros Países	1205	4,1	1062	1	932	0,9
<b>4. ÁSIA</b>	196	0,7	1725	1,6	1840	1,7
China	-	-	154	0,1	356	0,3
Índia	-	-	221	0,2	491	0,5
Paquistão	-	-	400	0,4	309	0,3
Outros Países	-	-	950	0,9	684	0,6
<b>5. OCEÂNIA</b>	31	0,1	430	0,4	396	0,4
<b>TOTAL</b>	29428	100	108518	100	106584	100

FONTE: INE, Recenseamento Geral da População 1960,1981, 1991

**Quadro 2**  
**Cabo-verdianos legalizados em Portugal, 1981-1998**

	TOTAL PORTUGAL	LISBOA	SETÚBAL	PORTO	FARO
1981	21008	14012	4762	269	1057
1982	20957	13913	4780	267	1084
1983	22358	14667	5252	212	1164
1984	23372	15266	5576	280	1191
1985	24959	16266	5576	680	1378
1986	26301	17110	5836	690	1471
1987	26536	17272	5851	686	1530
1988	27106	17626	5861	677	1544
1989	27972	18335	5967	667	1595
1990	28796	18890	6058	692	1677
1991	29743	19595	6125	706	1754
1992	31217	20692	6329	758	-
1993	32036	21279	6474	780	1854
1994	36560	24279	7139	800	2622
1995	38746	25829	7716	795	2667
1996	39546	26387	7869	815	2700
1997	39789	26596	7900	811	2720
1998	40093	26894	7986	812	2733

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Após um primeiro fluxo de migrantes laborais e de forma ininterrupta, o stock da população de origem ou ascendência cabo-verdiana em Portugal, foi crescendo até à actualidade. Este incremento teve, contudo, ritmos diferenciados ao longo deste período, correspondendo a diferentes sub-ciclos da emigração cabo-verdiana para Portugal dependentes, designadamente, da evolução da

economia portuguesa e/ou das mudanças verificadas ao nível do enquadramento legal da entrada e permanência de estrangeiros em Portugal<sup>6</sup> (Baganha et al., 1999: 148-154). As estatísticas oficiais portuguesas, porém, nem sempre são capazes de detectar as acelerações ou desacelerações do fluxo de entradas de novos imigrantes cabo-verdianos, conforme se pode inferir de uma análise do quadro 2<sup>7</sup>. No período entre 1981 e 1998 o crescimento anual médio é de cerca de 5% e mantém-se constante ao longo do período em análise. A concentração geográfica nos distritos de Lisboa e de Setúbal mantém uma constante em torno dos 85% a 90% da população cabo-verdiana total residente em Portugal.

A comunidade cabo-verdiana actual é, neste contexto, o resultado de um somatório de sucessivos fluxos, com diferentes histórias de inserção sócio-económica. Se, como vimos, o primeiro fluxo teve origem nos anos 60, foi nas décadas posteriores que a comunidade se desenvolveu. Nos anos 70, com a independência de Cabo Verde e das outras colónias portuguesas em África, ocorre um repatriamento de cabo-verdianos incluído no movimento de retorno das ex-colónias<sup>8</sup>. Estes cabo-verdianos, muitos com nacionalidade portuguesa<sup>9</sup>, concentraram-se igualmente na Área Metropolitana de Lisboa e, de uma maneira geral, inseriram-se no mercado de trabalho em sectores como o da construção civil e obras públicas, os serviços de limpeza industrial e/ou doméstica, ou as vendas ambulantes. Podemos falar deste movimento migratório como um segundo ciclo nas migrações cabo-verdianas para Portugal. O terceiro ciclo de migrações cabo-verdianas para Portugal teve início nos anos 80 e, de certa forma, dá início a uma nova fase na imigração portuguesa, marcada por um forte predomínio de fluxos internacionais de trabalho.

A partir dos anos 80 Portugal incorpora, portanto, simultaneamente três tipos diferentes de migrantes cabo-verdianos: um primeiro tipo de migrantes laborais<sup>10</sup> com entrada em Portugal antes de 1974/75 e que, em virtude das alterações legais, podem possuir ou não a nacionalidade portuguesa e podem possuir ou não cumulativamente a nacionalidade cabo-verdiana; um segundo tipo de migrantes cabo-verdianos, fruto de um retorno à «pátria»<sup>11</sup> (ou de repatriamento) ou de um processo de reunião familiar com imigrantes do primeiro tipo, da mesma forma que os anteriores, em virtude das alterações legais, podem possuir ou não a nacionalidade portuguesa e podem possuir ou não cumulativamente a nacionalidade cabo-verdiana; um terceiro tipo de imigrantes cabo-verdianos que vêm para Portugal como trabalhadores imigrados. Estes últimos possuem a nacionalidade cabo-verdiana embora um escasso número de entre eles se tenha entretanto naturalizado português.

<sup>6</sup> O número de migrantes cabo verdianos depende nomeadamente, da política de atribuição de vistos matéria esta ainda muito pouco estudada de forma sociológica.

<sup>7</sup> Embora as estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras contenham a óbvia deficiência de só registarem stocks (e não fluxos), de imigrantes legalmente registados (deixando de fora todos os ilegais/clandestinos) elas são o único instrumento de medição disponível minimamente credível (Baganha, 1996).

<sup>8</sup> O número de cabo-verdianos incluído no total de “retornados” é muito difícil de calcular dada a inexistência de fontes estatísticas credíveis que discriminem os indivíduos naturais de Cabo Verde ou de ascendência cabo-verdiana de entre o total de retornados (Pires et al., 1984).

<sup>9</sup> O Decreto Lei 308-A/75 de 24 de Julho vai retirar retroactivamente a nacionalidade portuguesa a muitos destes migrantes cabo-verdianos transformando-os em imigrantes. Esta Lei deixa contudo em aberto a possibilidade de conservar ou obter a nacionalidade portuguesa ao abrigo do seu artigo 5.º. Posteriormente a lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81 de 3 de Outubro) vai modificar o princípio de atribuição da nacionalidade do *Jus soli* em favor do *Jus sanguini*. Só em 1988, no entanto, é que é revogado o D.L. 308-A/75 de 24 de Julho.

<sup>10</sup> Existe, pelo menos desde a II guerra mundial uma migração de cabo verdianos inactivos que vêm para Portugal como estudantes do ensino secundário e/ou do ensino superior.

<sup>11</sup> Leia-se um regresso ou retorno a Portugal.

Neste contexto, é fácil inferir que o número de *imigrantes* cabo-verdianos residentes em Portugal seja superior ao número de indivíduos com nacionalidade cabo-verdiana residentes em Portugal. Este segundo grupo inclui: os migrantes que chegaram a Portugal no período pré 25 de Abril de 1974 bem como os indivíduos retornados (ou repatriados) no período pós-independência das ex-colónias<sup>12</sup>; os cabo-verdianos imigrantes que entretanto se naturalizaram; os migrantes cabo-verdianos que mercê de reagrupamento familiar se juntaram aos primeiros grupos; imigrantes laborais cabo-verdianos; imigrantes inactivos cabo-verdianos (estudantes ou reformados); os descendentes de todos os grupos anteriores.

A dificuldade de recensear e estudar a totalidade dos cabo-verdianos residentes em Portugal é semelhante às dificuldades com que se confrontam outros analistas das migrações cabo-verdianas noutros espaços geográficos. Por exemplo, para Jørgen Carling, um demógrafo norueguês que estuda a *diáspora* cabo-verdiana, os principais problemas que se deparam a quem estuda migrações, isto é, os conceitos e os dados<sup>13</sup>, estão presentes nas suas duas vertentes metodológicas principais quando se procede a uma análise da *diáspora* cabo-verdiana contemporânea. Por um lado, a definição de imigrante/emigrante<sup>14</sup> cabo-verdiano não é pacífica nem coerente nas suas diversas aplicações, o que lhe advém, entre outras razões, do seu recente passado de colónia portuguesa que impossibilita distinguir entre portugueses e cabo-verdianos em muitos países de acolhimento antes de 1975 e, em determinadas circunstâncias, porventura até na actualidade (Saint-Maurice, 1997). Por outro, a dificuldade de acesso ou a inexistência de estatísticas fidedignas que retratem as migrações cabo-verdianas faz com que as estimativas da *diáspora*, ou os stocks de cabo-verdianos nos diversos países de acolhimento, sejam sempre vistos como uma aproximação da realidade e não como uma fotografia fiel da mesma. Tanto o primeiro como o segundo problema são comuns a quem estuda o fenómeno de movimentação das populações humanas em geral, mas agravam-se quando o objecto de estudo são as migrações de cabo-verdianos por diversas razões, a saber: a variedade de fontes estatísticas disponíveis, pelo menos uma por cada um dos países de destino das migrações cabo-verdianas; os distintos graus de fiabilidade das diferentes fontes estatísticas; a multiplicidade de conceitos utilizados em diferentes estatísticas<sup>15</sup>, a começar pela própria definição de «cabo-verdiano»<sup>16</sup>;

<sup>12</sup> Uma parte destes não perdeu a nacionalidade portuguesa enquanto que um outro grupo de entre estes a perderam.

<sup>13</sup> São muitos os autores que concordam com esta ideia, Jackson por exemplo, refere: “um dos factores mais limitativos da análise conceptual dos fluxos e padrões das migrações é a nossa capacidade de medição destes movimentos. De uma forma geral, aqueles que se dedicam ao estudo das migrações têm-se visto obrigados a recorrer, como fonte dos seus dados, às estatísticas oficiais disponíveis, o que lhes condiciona a capacidade de análise do processo, mesmo em termos dos efeitos quantitativos das migrações no quadro de referência dos estudos populacionais” (1991: 11).

<sup>14</sup> Carling apresenta o problema da definição do imigrante da seguinte forma: “should ‘immigrants’ be defined as foreign nationals, foreign-born, or those with foreign-born parents? Should they be registered by their country of birth, country of nationality or even perhaps country of last residence? The issue of ‘ethnic identity’ or ‘self-identification’ raises additional questions in the search for relevant categories. Furthermore, some migrants settle permanently in their new country, while others assume a shifting existence in circuits of migration that may involve several countries” (Carling, 1997: 3).

<sup>15</sup> Esta definição não é igual, nem mesmo coerente, nos países citados pelo que a comparação de dados obtidos em diferentes países e/ou diferentes épocas se apresenta como muito ambígua (ex. comparação entre Portugal e/ou Holanda na década de 60). Por outro lado, ela não é coerente em ambos os extremos da cadeia migratória, i. é, um emigrante cabo-verdiano e seus descendentes pode continuar a ser considerado indefinidamente (e.g. 2.<sup>a</sup> geração, 3.<sup>a</sup> geração, etc.) como nacional de Cabo Verde, mas o mesmo indivíduo naturalizando-se nacional do país de acolhimento deixa por este de ser considerado imigrante. Por último, muitos são os cabo-verdianos que possuem duas ou mais nacionalidade (ex. cabo-verdiana e/ou holandesa,

e, por último, as diferentes configurações assumidas pelas migrações cabo-verdianas contemporâneas.

**Quadro 3**  
**Estimativa da População Cabo-Verdiana no Estrangeiro (1985-1997)**

<b>Estimativa da População</b>						
	<b>Mínima</b>	<b>Máxima</b>	<b>Média</b>	<b>N.º de Fontes consultadas</b>	<b>Quantidade de Valores apresentados</b>	
<b>América</b>	<b>255000</b>	<b>410000</b>	<b>287000</b>			
EUA	250000	400000	281300	8	3	
Argentina	2000	3000	2400	7	2	
Brasil	2000	4000	2700	7	3	
Canadá	-	4000	-	4	2	
Venezuela	-	-	-	3	1	
<b>Europa</b>	<b>63000</b>	<b>133000</b>	<b>100000</b>			
Portugal	35000	70000	52100	7	4	
França	7000	30000	12500	8	6	
Holanda	8000	19000	11900	8	4	
Itália	8000	10000	9500	6	2	
Espanha	1500	15000	6300	8	6	
Luxemburgo	3000	3000	3000	6	1	
Suíça	1000	2000	1600	6	1	
Alemanha	500	3000	1000	6	3	
Suécia	700	2000	900	6	2	
Bélgica	800	800	800	5	1	
Noruega	200	500	300	5	2	
<b>África</b>	<b>48000</b>	<b>76000</b>	<b>71000</b>			
Angola	10000	40000	34400	7	3	
Senegal	22000	25000	24100	7	3	
São Tomé e Príncipe	7000	8000	7900	7	2	
Guiné-Bissau	2000	2000	2000	5	1	
Gabão	200	3000	900	4	2	
Moçambique	500	1000	800	6	4	
Costa do Marfim	-	2000	-	3	2	
África do Sul	100	100	100	1	1	
Zâmbia	-	-	-	2	1	
<b>TOTAL</b>	<b>366000</b>	<b>620000</b>	<b>458000</b>	<b>5.5</b>	<b>2.5</b>	

Fonte: Carling, 1997<sup>17</sup>

Apesar destas dificuldades, foram múltiplas as estimativas da população emigrante cabo-verdiana, ou de origem cabo-verdiana, publicadas: quer por organismos oficiais ligados à República de Cabo Verde, designadamente por diferentes Embaixadas; quer por académicos em diversos países; quer por líderes

portuguesa, americana, senegalesa, etc.) ou que, pelo menos, apresentam todos os requisitos para poderem apelar (e obter) essas nacionalidades, o que confunde uma definição objectiva de «cabo-verdiano»

<sup>16</sup> Por exemplo, a Constituição de Cabo Verde revista em 1992 no seu artigo 5 define o conceito de cidadania da seguinte forma: "1. São cidadãos cabo-verdianos todos aqueles que, por lei ou convenção internacional sejam considerados como tal; 2. O Estado poderá concluir tratados de dupla nacionalidade; 3. Os cabo-verdianos poderão adquirir a nacionalidade de outro país sem perder a sua nacionalidade de origem".

<sup>17</sup> Carling refere-se às dificuldades sentidas perante a existência de diversas incoerências nas diferentes fontes consultadas que podemos ilustrar com o caso português: só em Portugal existiam em 1997 mais de 45.000 cabo-verdianos oficialmente registados o que, desde logo, supera o limite inferior das estimativas consultadas. Amaro *et al.* (1999) corrige estas estimativas apontando como sendo cerca de 83.000 o número de cabo-verdianos que vivem actualmente em Portugal.

locais de comunidades de emigrantes cabo-verdianos<sup>18</sup>. Carling (1997) pretendeu avaliar a *diáspora* cabo-verdiana com base em distintas estimativas individuais publicadas em diferentes países entre os anos de 1985/97, para tal procedeu a uma observação de estatísticas publicadas por vários autores (cf. Quadro 3). O resultado desta análise, isto é, o número total de emigrantes cabo-verdianos, apresenta uma disparidade entre a estimativa menor e a estimativa maior de mais de 250.000 indivíduos. No entanto, longe de merecerem um descrédito total estas estimativas apresentam-se como um dos poucos indicadores da dimensão e dispersão da emigração cabo-verdiana e a sua síntese será uma aproximação à realidade da *diáspora* cabo-verdiana.

Esta dispersão de cabo-verdianos, em especial no interior da União Europeia, constitui um elemento essencial na compreensão das dinâmicas sócio-económicas destes (i)migrantes. Ao utilizarem diferentes nódulos de uma rede de suporte em diferentes países (ou regiões) os cabo-verdianos potenciam a sua mais valia – a venda de uma força de trabalho com grande capacidade de mobilidade geográfica– tornando-a uma vantagem competitiva e, deste modo, conseguindo aceder a diferentes mercados locais de trabalho<sup>19</sup> (Sassen, 1995), por vezes em regiões geograficamente distantes<sup>20</sup>. Por outro lado, a utilização desta rede de suporte permite reduzir ao mínimo o risco destas experiências migratórias num terceiro país. É neste contexto que Lisboa parece surgir, para os cabo-verdianos, como porta de entrada na Europa e, posteriormente, como placa giratória no interior da U.E. (Baganha, 1997). A ser assim, existiriam dois fluxos diferentes para, e no interior da Europa, criando dois tipos de migrações: um primeiro tipo de migrações mais ou menos definitivas para países que conjunturalmente permitem a legalização destes imigrantes (o caso de Portugal) e, a partir daqui, um segundo tipo, de migrações temporárias (para a Holanda, França, Itália, Espanha, etc..) aproveitando a livre circulação do Espaço Shengen.

Fernando Luís Machado (1997) ao analisar o crescimento do fluxo imigratório para Portugal nas últimas décadas associou-o a 3 factores principais: primeiro verificou-se um reforço da política de obras públicas aumentando a necessidade de mão de obra para o sector da construção civil; em segundo lugar, a década de 80 foi caracterizada por uma ausência de mecanismos de controlo da entrada de imigrantes, o que permitiu a permanência de um grande número de imigrantes em situação irregular; e por último, este autor salientou a importância das redes migratórias como elemento de intermediação entre o indivíduo e as forças estruturais de atracção e repulsão, isto é, o autor destacou o facto da constituição e manutenção de redes permitirem uma redução dos custos ou riscos individuais da imigração (Machado, 1997). Todos estes factores podem ser inferidos a partir de uma análise da imigração portuguesa e, em especial, através de uma análise das migrações cabo-verdianas para Portugal. Temos, contudo, que ter o cuidado de não pensar as migrações cabo-verdianas de forma isolada e,

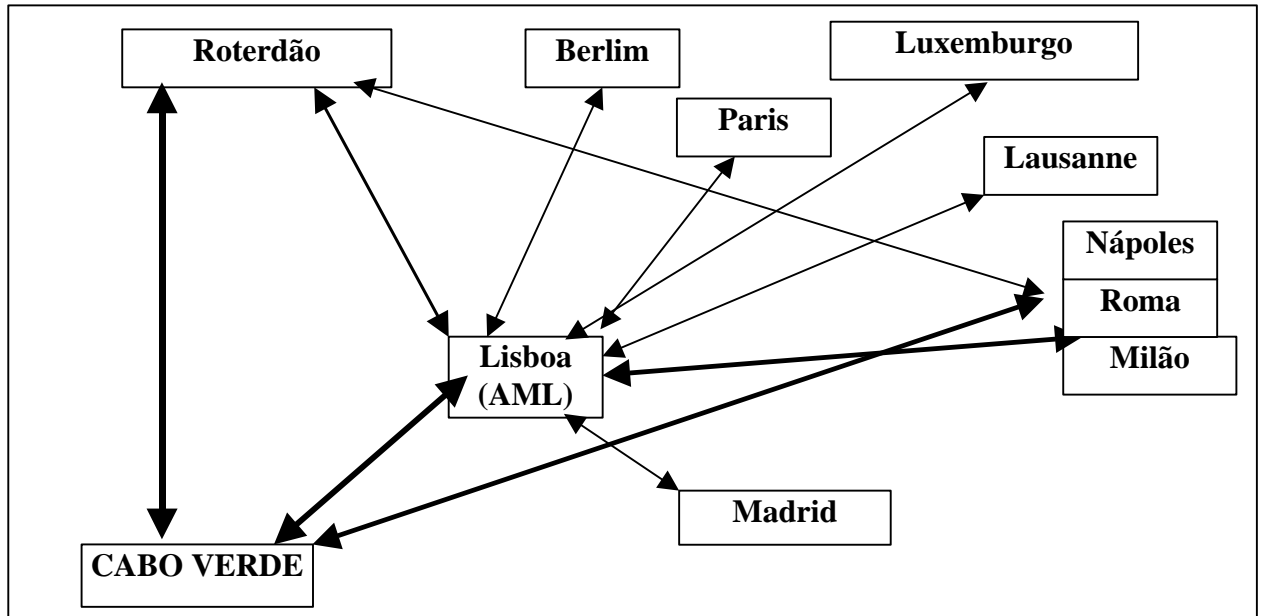
<sup>18</sup> Podemos, por exemplo, encontrar diversas estimativas da comunidade cabo-verdiana em Portugal publicadas nos últimos anos, designadamente o estudo de Luís França de 1992 *A comunidade cabo-verdiana em Portugal*; o estudo do CEPAC de 1995; o estudo coordenado por Rogério R. Amaro *et al.*, em 1999 sob encomenda da Embaixada de Cabo Verde em Portugal, etc..

<sup>19</sup> Por exemplo, trabalhando na construção civil em Lisboa e movendo-se para realizar uma “empreitada” específica, normalmente temporária, em Espanha, na Alemanha ou no Luxemburgo e regressando posteriormente à área Metropolitana de Lisboa.

<sup>20</sup> Saskia Sassen (1995) lança o desafio de se analisar o mercado de trabalho antes do simples momento de procura e/ou oferta de trabalho individual. Afirma que para melhor compreender o fenómeno de atracção de (i)migrantes a dadas áreas geográficas, se deve incidir a investigação nos momentos prévios a esta (simples) transacção laboral, i. é, à mera relação de procura/oferta. Neste sentido deve proceder-se a uma extensão do conceito de “mercado de trabalho local” já não na simples ideia de proximidade, i. é, do movimento pendular casa-trabalho-emprego, mas ao poder de atracção que ele é capaz de exercer (mesmo) sobre comunidades imigrantes longínquas (ex. o caso das empregadas domésticas cabo-verdianas que vão de Cabo Verde ou de Lisboa para Milão).

nas últimas décadas, a melhor forma de as integrar é pensar os diferentes espaços, regionais ou nacionais, como espaços em que as fronteiras se vão pouco a pouco diluindo e perdendo significado num movimento de crescente imbricação e interdependência.

**GRÁFICO 1**  
Trajectórias Migratórias de Cabo-Verdianos para (e na) Europa<sup>21</sup>



### Imigrantes trabalhadores, trabalhadores imigrantes: cabo verdianos em Portugal

Nos anos 80 e 90, com a crescente internacionalização das economias (leia-se globalização) os fluxos migratórios de cabo-verdianos para Portugal sofrem um (novo) incremento. Respondendo à necessidade crescente de mão-de-obra por parte de diferentes sectores da economia os cabo-verdianos integram-se e competem com os trabalhadores locais, designadamente no que se convencionou chamar o mercado de trabalho secundário (Piore, 1979)<sup>22</sup>, ou seja, tendem a concentrar-se em profissões que requerem baixo nível de qualificações no sector das indústrias de mão de obra intensiva ou no sector dos serviços<sup>23</sup>. Esta inserção laboral é típica das economias em transição, que tendem a bipolarizar os fluxos de imigrantes que atraem: “the idea of restructuring means that service growth at the top, simultaneously generates jobs for chambermaids and waiters, investment bankers and lawyers, while positions in between these extremes are slowly, but steadily reduced” (Cross e Waldinger, 1999: 55). Ou, como afirma Sassen (1996), na transformação para uma economia de serviços

<sup>21</sup> Neste trabalho a cidade de Lisboa é apresentada como nóculo (ou como placa giratória) das redes migratórias cabo-verdianas na Europa. É de supor que o mesmo papel possa ser desempenhado por outras cidades tradicionais de acolhimento de cabo-verdianos na Europa, por exemplo, Roterdão.

<sup>22</sup> Os imigrantes cabo-verdianos na Europa têm alguma dificuldade em aceder ao que Piore (1979) designa por mercado de trabalho primário, isto é, o mercado de trabalho que requer elevados níveis de qualificação e/ou educação e que oferece em troca boas condições salariais, de carreira ou de trabalho. Ao contrário, tendem a concentrar-se em profissões que requerem baixo nível de qualificações, ou seja no mercado secundário de trabalho no sector das indústrias de mão-de-obra intensiva ou no sector dos serviços.

<sup>23</sup> A emigração cabo-verdiana em Portugal desde sempre comportou a presença dos dois sexos. No entanto, como regra, a presença masculina sempre foi superior à presença feminina numa comunidade em que a relação de masculinidade era em 1996 de 125 homens para 100 mulheres.



polariza-se a criação de novos empregos no topo e na base do mercado de trabalho e esta polarização é balizada pelos níveis de educação/qualificação (requeridos) e de rendimentos (obtidos). A base desta estrutura vai atrair imigrantes desqualificados ou com pouca qualificação, nomeadamente cabo-verdianos, o topo atrairá, no caso português, imigrantes altamente qualificados, designadamente europeus ou brasileiros (Baganha, 1996)<sup>24</sup>. A acompanhar estas mudanças, decorrentes do processo de globalização<sup>25</sup>, verifica-se uma tendência de crescimento da economia informal que Saskia Sassen (1998) definiu como “those income-generating activities occurring outside the state’s regulatory framework that have analogs within that framework”. Como exemplos desta tendência podemos citar quer o incremento do ‘outwork’ nas indústrias que o permitem, designadamente na indústria têxtil, quer o desenvolvimento de formas diversas de sub-contratação e/ou *outsourcing* permitindo às empresas manterem-se competitivas através de uma redução dos custos de produção associados à mão-de-obra.

#### QUADRO 4

População estrangeira legalmente residente em Portugal por países e/ou regiões de origem, 1990-1999

	1990	1991	1992**	1993**	1994*	1995	1996	1997	1998	1999
<b>ÁFRICA</b>	45255	47998	52037	55786	72630	79231	81176	81717	82467	-
<b>Angola</b>	5306	5738	6691	7635	13589	15829	16282	16296	16487	--
<b>Cabo Verde</b>	28796	29743	31217	32036	36560	38746	39546	39789	40093	-
<b>Guiné-Bissau</b>	3986	4770	5696	6538	10828	12291	12639	12785	12894	-
<b>Moçambique</b>	3175	3361	3588	3779	4186	4368	4413	4426	4429	-
<b>S. Tomé e Príncipe</b>	2034	2183	2521	2895	3782	4082	4234	4304	4388	-
<b>AMÉRICA</b>	26369	27902	29390	32437	35554	36720	36515	35847	35038	-
<b>EUROPA</b>	31410	33011	34732	37154	41819	44867	47315	49747	52104	-
<b>ÁSIA</b>	4154	4458	4769	5520	6322	6730	7140	7192	7887***	-
<b>Outros</b>	579	609	621	696	748	768	765	760	273	-
<b>Total</b>	107767	113978	122348	131593	157073	168316	172912	175263	177774	19079
										3

Fonte: Estatísticas Demográficas, 1990-1994; 96-98; SEF, Relatório Estatístico, 1995.

\*As estatísticas para 1994 incluem a regularização especial de 1992/93; \*\* Os valores para 1992 e/ou 1993 não são os mesmos em todas as estatísticas consultadas; em 1998 os valores para a Ásia e Oceânia surgem agregados, neste ano a categoria outros corresponde apenas aos apátridas

É neste período, na transição dos anos 80 para os 90, que «nasce» o sub-emprego e se substitui, no caso dos imigrantes cabo-verdianos, a outrora necessária «carta de chamada» ou «contrato de trabalho» pela actual «voz de chamada» e «empreitada de trabalho». A segmentação do mercado de trabalho

<sup>24</sup> John Salt (1992: 1080), referindo-se ao impacto que o processo de globalização provoca nos fluxos migratórios afirma: “the present and future prospective geography of labour migration reflects the globalisation of the world economy and its labour market, a process that continues to progress rapidly. International divisions have become more marked, leading to growing migration pressures on those countries doing best from those more marginalized economically. At the same time, exchanges continue to take place between countries at similar stages of economic development. In consequence, all countries have become participants in the global migration system as a whole”.

<sup>25</sup> Manuel Castells (1993) assinalou um conjunto de características que emergiram como consequência desta globalização: “first, there has been a steady decline in manufacturing employment and a growth in producer services (especially business services) and social services (especially health services). Moreover, there has been a diversification within the service sector, which now dominates employment in western economies. There has been a rapid rise of “top end” jobs related to managerial, professional and technical occupations, particularly in finance, telecommunications and information technology. This has been accompanied by an increase of lower level jobs in the service sector, particularly related to providing household services for the cash-rich and time poor individuals who are riding the crest of the wave of globalisation. Accompanying these changes has been the disappearing middle layer of jobs, referred to in north America as the *donut* effect and in Australia as the *lifesaver* effect. A large white collar proletariat in clerical and sales job has emerged and is being reduced through automation, computerisation and downsizing”.

estimulada pela globalização substituiu de forma (quase) perversa as políticas de recrutamento dos anos 60.

## **OS SUB-EMPREENHEIROS: uma resposta do capitalismo local ao capitalismo global?**

No caso português, ao pretendermos analisar as migrações cabo-verdianas num mercado local de trabalho específico (a AML) redescobrimos a própria estrutura do mercado de trabalho, com especificidades próprias e influências globais. Malcom Cross e Roger Waldinger (1999: 30) vão associar estas duas realidades- migrações e mercado de trabalho- para demonstrarem que a uma rigidez estrutural do mercado de trabalho corresponderá um elevado nível do sector informal por este corresponder a um encontro de interesses entre empregadores e empregados. Complementarmente mostram que nos países de imigração, ao sector informal estarão ligados os imigrantes ilegais porque neste sector não são exigidos documentos de identidade ou números da segurança social. Maria Ioannis Baganha (1997) ao estudar a realidade portuguesa vai, de facto, detectar esta situação e, no caso dos imigrantes africanos, vai apontar como actor estratégico nesta inserção um personagem local: o subempreiteiro.

Este sub-empreiteiro, personagem famoso e omnipresente para quem estuda migrações em Portugal, mais não é do que o resultado da capacidade adaptativa dos actores, neste caso dos imigrantes, ao conjunto de ajustamentos estratégicos empresariais decorrentes da competitividade despoletada pelo fenómeno da globalização<sup>26</sup>. A subempreitada, subcontratação, outsourcing, cedência de mão de obra, flexibilização externa da mão de obra, etc., são 'formas atípicas de trabalho' (Cristóvam et al., 1996) que se generalizaram em Portugal e que, de forma legal ou ilegal, formal ou informalmente, possibilitam a integração laboral da grande maioria dos imigrantes africanos e, designadamente, dos imigrantes cabo-verdianos (Baganha *et al.*, 1999).

São inúmeras as notícias que, na construção civil e obras públicas, associam os sub-empreiteiros ao trabalho de imigrantes. São muito abundantes as que combinam o trabalho dos imigrantes com a (i)legalidade<sup>27</sup> ou a (in)formalidade<sup>28</sup>. Actualmente conhecem-se também as formas de contratação predominantes e que podem ser sintetizadas no seguinte modelo: os imigrantes

<sup>26</sup> Sem pretender analisar aprofundadamente este fenómeno, o sub-empreiteiro é, na prática, o resultado da aplicação primeiro, de um *downsizing* empresarial e, em segundo lugar, da promoção de políticas de *outsourcing* por parte das grandes empresas de construção civil e obras públicas. O objectivo é o de reduzir os custos fixos e ganhar eficiência competitiva.

<sup>27</sup> No caso de Portugal, em anos recentes, foram feitas algumas alterações legislativas na tentativa de travar a entrada de novos imigrantes ilegais provenientes nomeadamente de Cabo Verde. De entre as leis recentes que influenciam as migrações de Cabo Verde para Portugal destaca-se o «Protocolo sobre emigração temporária de trabalhadores de Cabo Verde para Portugal, datado de 18 de Fevereiro de 1997 que se aplica aos trabalhadores de Cabo Verde que, mediante contratos preestabelecidos e devidamente registados pelo Ministério do Emprego e Solidariedade Social de Portugal, se estabeleçam em Portugal por períodos limitados de tempo, para desenvolver a sua actividade profissional como trabalhadores por conta de outrem. Este diploma regulamenta os mecanismos de contratação, a duração dos contratos e as normas de segurança social aplicáveis.

<sup>28</sup> «Setenta e sete trabalhadores, de um total de duas centenas, foram detectados em situação das leis laborais, nas obras de construção da nova Aldeia da Luz, no concelho de Mourão, um dos empreendimentos marcantes da barragem de Alqueva. (...) Das 77 pessoas (representando 38,5% da mão de obra), 37 eram imigrantes ilegais. (...) Os clandestinos estrangeiros eram oriundos da Guiné, Cabo Verde, Brasil, Roménia e da Ucrânia. (...) As obras da Aldeia da Luz foram adjudicadas pela Empresa de Desenvolvimento e infra-estruturas de Alqueva – que funciona como dono da obra – a um consórcio constituído pelas firmas Edifer, Obrecol e Sopol. São estas que contratam as subempreiteiras que, em geral, admitem pessoal sem documentos, licença de residência ou autorização de trabalho.» Expresso, 24/12/99

trabalham para um subempreiteiro<sup>29</sup>, que trabalha para um empreiteiro, que trabalha para o construtor da obra, que trabalha para o dono da obra<sup>30</sup>. Este é, na actualidade, o principal mecanismo de inserção do imigrante cabo-verdiano no mercado de trabalho, quer este se situe no sector formal, quer se situe no sector informal (Baganha, 1997).

Muitos cabo-verdianos (imigrantes ou migrantes em Portugal), a exemplo de outros imigrantes africanos, são hoje subempreiteiros<sup>31</sup>. Esta é, uma das características mais interessantes do mercado de trabalho português da construção civil. A informalização do mercado de trabalho possibilitou a ascensão de um novo actor estratégico: o sub-empreiteiro mas, para além disso, deixou em aberto a possibilidade deste nicho de mercado ser explorado pelos próprios (i)migrantes.

A prática quotidiana desta realidade é de todos conhecida: por um lado, são os locais de contratação que surgiram na AML (no Rossio, por exemplo), por outro, são as famosas carrinhas dos sub-empreiteiros, transportando, manhã cedo, dos bairros suburbanos de Lisboa para o estaleiro, os imigrantes subcontratados e, do mesmo modo, tomando o caminho inverso já noite escura. O imigrante cabo-verdiano construindo a sua vida através da construção da casa dos outros. O imigrante cabo-verdiano como saltimbanco da construção civil, mudando constantemente de estaleiro, mudando constantemente de patão, mudando de subempreiteiro. O imigrante africano sub-empreiteiro, tornado actor estratégico, dominando um dos nódulos principais do sistema: a contratação da força de trabalho. O que este sistema tem de novo é a capacidade adaptativa que revela, uma capacidade sobre a qual é (ainda) só possível especular e que, a ser confirmada, implicará uma necessidade de olhar este novo actor estratégico com outra atenção. Para concluir uma história vinda do Leste, das estepes russas, recolhida na «sopa dos pobres» em Lisboa, a história de Vadim, que se converteu num subempreitado, num subcontratado e que pagou com dois meses de trabalho o desconhecimento sobre o funcionamento do subempreiteiro em Portugal:

“São todos iguais, diz Vadim, o russo. Dedos trémulos, desdobra um papelinho quadriculado onde escreveu o nome do subempreiteiro, que ficou a dever-lhe os únicos dois meses de trabalho em Portugal. (...) A entrada foi suada, com visto de turista e cara de trabalhador. Esteve dois meses a fazer estruturas em ferro nas obras públicas portuguesas no centro do país. No fim, ficou de mãos vazias. Vadim já tentou pressionar o engenheiro da firma para cuja obra tinha sido contratado, mas este respondeu-lhe que pagara ao subempreiteiro – um africano dos que também chegaram a Portugal ilegais, vindos dos países africanos lusófonos, mas regularizaram a sua situação e agora dominam o mercado da subcontratação” (Expresso, 4/03/2000),

<sup>29</sup> Podemos complicar um pouco mais este esquema se pensarmos que um subempreiteiro pode trabalhar para outro subempreiteiro.

<sup>30</sup> Esta lógica de externalização de custos por parte de grandes empresas construtoras foi detectada e estudada pelo Ministério do Emprego em 1996 que afirmava “grandes empresas, segmentando alguns dos seus serviços, mesmo tratando-se de actividade permanente da empresa, fazem nascer pequenas empresas, para as quais transitam, com contrato a termo, trabalhadores que anteriormente tinham contrato por tempo indeterminado” (Cristóvam et al., 1996)

<sup>31</sup> Estes subempreiteiros africanos dominam boa parte das subempreitadas de construção civil e obras públicas na AML (Baganha, 1997). Actualmente pensamos estarem em ascensão o número de subempreitadas fora da AML em que estão envolvidos imigrantes africanos, quer como empreiteiros quer como trabalhadores.

## Bibliografia

- Amaro, Rogério Roque, *et al.* (1999) *Estudo de Caracterização da Comunidade Cabo-verdiana residente em Portugal – Relatório Final*, Lisboa. (inédito).
- Baganha, Maria Ioannis (1996) *Immigrants Insertion in the Informal Economy - The Portuguese Case*, First Report. Coimbra - CES, (inédito).
- Baganha, Maria, Góis, Pedro (1999) “Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53, pp. 229-280.
- Baganha, Maria Ioannis B. and Peixoto, João (1996) “O Estudo das Migrações Nacionais: Ponto de Intersecção Disciplinar”, in *Entre a Economia e a Sociologia*, J.M. Carvalho *et al.* (eds). Lisboa, Celta: 233-239.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão, Jorge Malheiros, (Coords.) (1998) *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de trabalho em Portugal*, Instituto do Emprego e Formação Profissional UUC/Oefp, Lisboa, (no prelo).
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão, Jorge Malheiros (1999) “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, *Análise Social*, vol. XXXIV (150): 147-173.
- Carling, Jorgen (1997) “Figuring Out The Cape verdian Diaspora”, *Cimboa, Revista Cabo-verdiana de Letras, Artes e Estudos*, n.º 4, Ano 2, pp. 3-9.
- CEPAC (1995) “Os números da imigração africana. Os imigrantes africanos nos bairros degradados de Lisboa e Setúbal”, *Cadernos Cepac/2*, Lisboa
- Cristóvam, M. L., *et al.* (1996) *Novas Formas de Trabalho em Portugal*, Gab. De Sociologia do Trabalho, Ministério do Emprego. (Inédito)
- Cross, Malcom, Waldinger, Roger (1999) “Economic integration and labour market change”, in Hjarno, Jan, *From Metropolis to Cosmopolis*, Papers, migration n.º 30, Danish Center for Migration and Ethnic Studies, South Jutland University Press, Esbjerg: 29-93.
- Esteves, Maria do Céu (ed.) (1991) *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, IED.
- França, Luís de [coord.], (1992): *A comunidade cabo verdiana em Portugal*, *Cadernos 23*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), Lisboa.
- Guibentif, Pierre (1995) *La Pratique du Droit International et Communautaire de la Sécurité Sociale. Étude de Sociologie du Droit à L'Exemple du Portugal*, Thèse n.º 701, Thèse présentée à la Faculté de Droit de l'Université de Genève pour obtenir le grade de Docteur en Droit, Genève e Lisbonne.
- Jackson, John A. (1991) *Migrações*, Ed. Escher, Lisboa.
- Machado, Fernando Luís (1997) “Contornos e especificidades da Imigração em Portugal”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 24: 9-44.
- Piore, M.J., (1979) *Birds of passage: Migrant labour and industrial societies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Pires, Rui Pena *et al.*, (1984) *Os retornados – um estudo sociográfico*, IED, Lisboa.
- Pires, Rui Pena (1999) “A imigração”, in Francisco Betencourt e Kirti Chaudhusi (orgs.), *História da Expansão portuguesa*, vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa.
- Ribeiro, F. G. Cassola (1986) *Emigração portuguesa. Aspectos relevantes às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa desde a Segunda*

*guerra mundial. Contribuição para o seu estudo*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Centro de Estudos.

Saint-Maurice, Ana de (1997) *Identidades Reconstruídas Cabo-verdianos em Portugal*, Celta Ed., Oeiras.

Sassen, Saskia, (1995) "Immigration and Local Labor Markets", in Alejandro Portes (Ed.), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, New York, Russell Sage Foundation, pp: 87-127.